



PEDIDO DE INVENTARIAÇÃO

Festa e Romaria de São Tomé de Ançã

Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial

(de acordo com a portaria n.º 196/2010, de 9 de abril e o Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto)

ANEXO I

I. Identificação.....	1
II. Documentação	16
III. Direitos Associados	18
IV. Património Associado	18

Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial

Ficha de Inventário Anexo I

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Domínio:

Práticas sociais, rituais e eventos festivos (alínea c) do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4 de agosto.

2. Categoria:

Festividades cíclicas.

3. Denominação:

Festa e Romaria de São Tomé de Ançã

4. Outras denominações:

São Tomé de Ançã; Cavalhadas de Ançã

5. Contexto tipológico:

A Festa e Romaria de São Tomé de Ançã é uma festividade de carácter profano e religioso que se realiza anualmente, de 24 a 26 de julho, na vila de Ançã.

6. Contexto de produção:

6.1. Contexto social:

6.1.1. Comunidade(s):

Este evento cultural é a maior e mais importante festividade da histórica Vila de Ançã. Para além da atração local imediata, a Festa e Romaria de São Tomé tem um poder de mobilização local considerável, especialmente na zona do Campo do Mondego e nas freguesias limítrofes que faziam parte do antigo Concelho de Ançã, atualmente integradas nos concelhos de Coimbra, Mealhada e Cantanhede. Os diversos elementos associados a este evento congregam grande parte da população local, quer no momento de acompanhar as bandeiras da festa, quer na participação das *cavalhadas*, do cortejo alegórico ou ainda nos momentos religiosos de missa e bênção do gado. A Festa e Romaria tem no seu cerne a figura do Juiz que se oferece de um ano para o outro para

preparar a mesma; a usual ligação deste com uma Associação Cultural da Vila permite uma maior integração e envolvimento com os moradores na preparação e organização desta festividade.

6.1.2. Grupo(s):

Destacam-se várias associações culturais e desportivas, quer na organização dos festejos (por convite ou acordo com o Juiz da Festa), quer na participação no cortejo alegórico. As três associações que se têm mais destacado são o Grupo Típico de Ançã, associação de etnografia e folclore criada em 1978; a Phylarmonica Ançanense, uma banda de música filarmónica, criada em 1879, cuja participação nos cortejos é um elemento essencial dos festejos; e o Ançã Futebol Clube, fundado em 1940, que se evidenciou durante muitas décadas como principal impulsionador das festividades. Outras associações locais têm participado continuamente no cortejo alegórico, como seja a AVANÇA - Associação para o Desenvolvimento e Promoção do Meio Rural de Ançã, o Grupo de Teatro Amador 'Novo Rumo', o Grupo Onomástico Pedros e Paulos e a APEBA - Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB de Ançã. Tendo em conta que se trata de uma festividade de foro religioso, a Paróquia de Ançã e a comunidade católica têm um papel relevante, especialmente na bênção do gado e na missa do dia 25 de julho. A Junta de Freguesia de Ançã tem atualmente uma importância central, visto que é, desde 2020, a fiel-depositária das bandeiras da Festa e Romaria.

6.1.3. Indivíduo(s):

6.2. Contexto territorial:

6.2.1. Local: Vila de Ançã, com especial destaque na Capela de São Bento

6.2.2. Freguesia: Ançã

6.2.3. Município: Cantanhede

6.2.4. Distrito: Coimbra

6.2.5. País: Portugal

6.2.6. NUT II: Centro

6.2.7. NUT III: Região de Coimbra

6.3. Contexto temporal:

6.3.1. Periodicidade:

Regularidade Anual.

6.3.2. Data(s):

24 a 26 de julho.

7. Caracterização:

7.1. Caracterização síntese:

A Festa e Romaria de São Tomé de Ançã é uma festividade anual que alia o profano ao sagrado. De provável origem no século XIX, este evento reúne a população da Vila e dos seus arredores nos diversos momentos pelo qual é constituída esta manifestação cultural – na entrega das bandeiras ao Juiz da festa; no acompanhamento desta até casa do Juiz e daí à Capela de São Bento e sucessiva bênção do gado e missa; no cortejo alegórico pelas ruas da vila; na escolha do novo Juiz; e na entrega das bandeiras à família responsável pela sua guarda e preservação. A festa manteve o seu carácter rural durante dezenas de anos tendo vindo a evoluir e a modificar-se ao longo do tempo, mas nunca perdendo esta matriz inicial, composta pelos elementos enumerados anteriormente que são considerados, por tradição e prática instituída, como características essenciais.

Por apresentar um complexo conjunto de elementos de festa profana e de romaria religiosa (como a questão das bandeiras e da figura do juiz, das *cavalladas*, do cortejo, do pagamento de promessas a São Tomé, bênção do gado e missa) esta manifestação cultural tem um raio de atração considerável, especialmente pela região do Baixo Mondego, cuja ligação a Ançã é secular. Esta festividade é sempre complementada por bailes noturnos que decorrem paralelamente aos dias da festa mas cujo teor e carácter não constam deste processo de salvaguarda.

7.2. Caracterização desenvolvida:

A presente festividade tem o seu dia principal a 25 de julho, sendo os dias 24 e 26 relacionados com a posse das bandeiras. No dia 24, pelas 18h, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó, no Terreiro do Paço da Vila de Ançã, o Presidente da Junta de Freguesia, entrega ao Prior da Vila, a Bandeira de São Tomé, por a Junta ser a fiel-depositária deste elemento, responsável pela sua preservação. De seguida, o Juiz da Festa recebe a Bandeira de São Tomé das mãos do Prior. O Juiz da Festa é então recebido e aclamado pela população no adro da Igreja Matriz. É também entregue a Bandeira do Anjo à criança escolhida pelo Juiz para desempenhar este cargo (por vezes por promessa realizada por algum familiar), que acompanhará sempre o percurso da outra Bandeira. De seguida o Juiz dirige-se a pé, em cortejo, até à sua própria casa, onde as bandeiras serão colocadas numa janela devidamente enfeitada (por regra alta) e alumiadas por, pelo menos, dois candeeiros de azeite, ficando esta exposta até ao dia seguinte. O referido cortejo que se forma desde a Igreja Matriz até casa do Juiz atravessa o Terreiro do Paço, passando por debaixo do arco central do Paço do Marquês de Cascais, e é constituído, primeiramente, por um grupo de gaiteiros tradicionais (composto por gaita de foles, caixa e bombo), seguido da criança com a bandeira do Anjo (normalmente apoiada por um adulto e por duas pessoas que se denominam popularmente (e simbolicamente) de “padrinhos” e que seguram as borlas da mesma), do Juiz empunhando a bandeira de São Tomé (também acompanhada dos seus “padrinhos”), de banda filarmónica (usualmente a Phylarmonica Ançanense), e da própria população que se junta para seguir a Bandeira. Por regra, é também dada uma *piqueta* (que consiste, no mínimo, em pêras e bolachas acompanhadas de vinho (tinto e branco) e água) em casa do Juiz após a colocação da Bandeira na referida janela.

No dia 25 de manhã, o Juiz aguarda a chegada dos gaiteiros e da filarmónica, dirigindo-se, por volta das 10h, à Capela de São Bento, onde se encontra a imagem votiva de São Tomé. Neste momento já se encontram presentes dezenas de cavaleiros que começam a constituir as

tradicionais *cavalbadas*. O próprio Juiz levará a bandeira a cavalo, acompanhado do Anjo da Festa – a mesma criança do dia anterior, a cavalo, envergando um simples vestido branco com manto vermelho, chapéu também branco e peruca de cabelo encaracolado castanho, empunhando por sua vez a Bandeira do Anjo. Tal como no dia anterior, o gaiteiro encabeça o cortejo até à capela, seguido da banda filarmónica, do Anjo, do Juiz, com seus “padrinhos” a cavalo, e dos restantes cavaleiros presentes. Conforme a localização da casa do Juiz, o percurso segue habitualmente pela Rua Dr. Jaime Cortesão, passando posteriormente pela zona chamada de Arneiro, atravessando a Vala de Ançã. À chegada a São Bento, são dadas três voltas à capela, no sentido inverso ao dos ponteiros dos relógios, pelo Anjo, Juiz e restantes *cavalbadas*. São recebidos no alpendre da capela pelo Pároco da Vila que procede à Bênção Solene do Gado aos animais presentes no arraial – não apenas aqueles que participaram no cortejo até ali, mas também aosromeiros aí presentes com os seus animais, sendo hoje em dia frequente levar-se animais de estimação.

Do ponto de vista social e devocional, a participação dos cavaleiros, dos pastores e de restantes pessoas com animais revela uma religiosidade popular que muitos descrevem simplesmente como fé. Quando entrevistados, no decorrer deste processo, mencionavam que tal participação servia para a proteção dos animais, para estes terem “sossego” durante o ano, e por “o que São Tomé representa”. Um dos pastores referiu que atualmente costuma preparar a vinda com mais antecedência, ficando em terreno cedido por amigos dias antes, revelando assim que se trata de uma transumância temporária planeada. Todos os entrevistados participam no evento há vários anos, alguns deles recordam até familiares que os acompanhavam, transmitindo uma ideia de continuidade geracional e da importância da preservação da tradição e de identidade local. Em entrevista junto à Capela de São Bento, um morador de Arzila, localidade a cerca de 10km a Sul, recordou vir à bênção na década de 1960, quando criança, com a família e mais devotos da sua localidade. Apesar da distância, feita a pé ou em carros de bois, a presença neste momento da festa era essencial para uma população profundamente crente, sendo ainda um ponto de passagem atual no seu calendário pessoal.

O Juiz entrega de seguida a sua Bandeira ao Pároco que a coloca junto do altar da Capela, onde ficará até ao final do cortejo alegórico. A criança mantém a posse da sua bandeira que voltará a envergar mais tarde, durante o cortejo. Após este momento solene, é dado início à missa na Capela, acompanhada e cantada pela filarmónica. É já tradição antiga que o sermão desta missa seja proferido por um padre pregador, devidamente convidado para o efeito, dando uma maior solenidade ao evento. Note-se que esta missa é a segunda do dia, pois já antes, pelas 9h, é celebrada uma missa regular no mesmo local. Antes da chegada do cortejo à capela é constituído um pequeno arraial na zona envolvente, com tendas de comida ambulante donde se destacam os açafates com o tradicional Bolo de Ançã.

Por volta das 17h, inicia-se o cortejo alegórico, partindo desde o início da rua Outeiro do Paço, conhecida por ser a antiga sede do Ançã Futebol Clube (atual espaço de eventos denominado “Quinta da Sobreira Quinhentista”). O cortejo segue um percurso fixado há dezenas de anos e que atravessa grande parte da zona central da Vila de Ançã, incluindo a zona histórica e perfazendo cerca de dois quilómetros: Rua Outeiro do Paço – Rua Santa Maria e Rua Dr. Lino Cardoso em sentido contrário ao trânsito automóvel – Rua 25 de abril – Rua da Nogueira em sentido contrário ao trânsito automóvel – Rua Dr. Jaime Cortesão – Rua da Lapa – Rua de São Bento – Capela de São Bento. Os gaiteiros voltam a abrir o cortejo, seguindo-se os diversos carros alegóricos (por regra tratores com reboques ou carrinhas de caixa aberta) que se organizam espontaneamente e surgem antes no local de início do cortejo. Os temas dos carros variam muito,

podendo incluir reconstituições etnográficas, históricas, do quotidiano da Vila ou de temática humorísticos e críticas relativas à política local. Conforme a vontade do Juiz ou da Comissão Organizadora, poderá ainda existir um concurso para o melhor e mais representativo carro, com direito a prémio pecuniário. Conta-se também com a presença regular de marchas populares (grupos organizados em colunas uniformes, marchando ao ritmo de uma música previamente ensaiada com respetiva coreografia), preparadas para esse efeito. Depois dos gaiteiros, da banda filarmónica, dos carros alegóricos (e das eventuais marchas), surge o Anjo, o Juiz e as *cavalhadas* que incluem cavaleiros e um contingente de burros também engalanados e montados.

Entrevistados os participantes do Cortejo, rapidamente se percebe que também está em causa a manutenção de uma tradição enquanto elemento de uma forte identidade local. Quer as associações que participam regularmente, quer grupos que se organizam pontualmente para tal, identificam a relevância da festa para a preservação desta mesma identidade. Enquanto participantes ativos do Cortejo, estes grupos são assim responsáveis pela transmissão desta manifestação para as gerações seguintes, que acabam por ser envolvidas no evento e por participar nele, anos mais tarde. A própria banda Phylarmonica Ançanense, que participa em todos os momentos da festa, é exemplo desta mesma transmissão através da sucessiva renovação dos seus músicos, conforme a presidente da associação explicou.

À chegada do cortejo a São Bento são dadas três voltas à Capela, novamente em sentido inverso ao dos ponteiros dos relógios, por este e pelas *cavalhadas*, aguardando que alguém se ofereça para Juiz da Festa do próximo ano. É costume os populares presentes aclamarem o Juiz cessante com gritos de “Viva o Juiz Velho”. Por tradição, caso alguém já tenha como objetivo ser Juiz, deverá atar um lenço à volta da bandeira para a reservar. Caso contrário, a população que se aglomera no arraial aguarda simplesmente o surgimento do Juiz. Após um pequeno compasso de espera, o Juiz velho e restante comitiva voltam a dar três voltas à Capela aguardando pelo Juiz novo; este processo repete-se continuamente até que surja um novo candidato. Por hábito antigo, quando um novo Juiz *levanta* a bandeira, apenas recebida em mão pelo pároco, o Juiz velho cede-lhe o seu próprio cavalo por cortesia, e dão-se mais três voltas rituais à Capela, ouvindo-se os costumados vivas de “Viva o Juiz Novo”. Forma-se então um novo cortejo, constituído por gaiteiros, filarmónica, Juiz novo, Anjo, e *cavalhadas* até casa própria do novo embandeirado. À imagem do cerimonial do dia 24, serão então novamente colocadas as bandeiras numa janela, acompanhada de vivas ao novo Juiz, mantendo-se estas expostas até o final do dia seguinte, iluminadas por pelo menos dois candeeiros de azeite. Por regra é novamente dado uma pequena *piqueta* em casa do Juiz novo.

No caso de não aparecer nenhuma pessoa para levantar a bandeira, mesmo após as múltiplas voltas rituais à volta da capela – situação que nunca aconteceu desde o último restauro da festa, há quarenta anos –, as *cavalhadas* dispersam e a bandeira ficará aí até surgir novo Juiz. Caso tal aconteça, o cerimonial do dia seguinte mantém-se, sendo a bandeira recolhida e entregue no seu local de guarda pelo fiel-depositário da mesma ou seu representante.

No dia 26 de tarde, pelas 18h, forma-se o cortejo inverso ao de dia 24. Novamente encabeçado por gaiteiros, seguido do Anjo (que poderá ser uma nova criança, visto que o Juiz poderá já escolher aquela que desempenhará esse papel no ano seguinte), do Juiz Novo, e da banda filarmónica, seguem a pé até à Igreja Matriz, passando pelo arco central do Paço do Marquês de Cascais e atravessando o Terreiro do Paço, onde as Bandeiras são entregues ao Prior, o qual as entrega imediatamente ao Presidente da Junta de Freguesia, sendo estas guardadas nas instalações da Junta até ao ano seguinte.

Note-se que todos os principais momentos desta festividade, como o levantar e entregar das bandeiras, o surgimento do novo Juiz, a saída das *cavalbadas* e cortejo alegórico, são sempre acompanhados pelo forte rebentamento de foguetes, assinalando sonoramente a festa para a população local e para os arredores.

7.3. Manifestações associadas:

A veneração a São Tomé no dia 25 de julho é transversal a outras localidades na região. A festa mais conhecida e de maior envergadura é a de Mira, festividade já secular. Para além deste, salientamos ainda o caso da Pocariça (concelho de Cantanhede) onde até há pouco tempo também se festejava o mesmo santo, no mesmo dia, ligada à festa de São Tiago de Cantanhede (Madaleno, 2016, pp. 114-120). Atualmente ainda se realizam festas em Barcouço (concelho da Mealhada, distrito de Aveiro) – localidade que fez parte do concelho de Ançã até 1853 –, e em Ferreira-a-Nova (concelho de Figueira da Foz, distrito de Coimbra). A bênção do gado é um ritual religioso que surge em diversas outras localidades do país, como é o caso mais conhecido de São Mamede de Janas (concelho de Sintra, distrito de Lisboa), a 17 de agosto. Por sua vez, as *cavalbadas* aparecem também noutros contextos – eram também presença nas festas de Cantanhede e Pocariça já mencionadas. Destaque-se, entre outras, também as famosas *cavalbadas* de Vildemoinhos (concelho e distrito de Viseu), a 24 de junho, que incluem também um cortejo alegórico. No geral, alguns elementos desta manifestação cultural (como as bandeiras, a presença de um anjo ou até de um juiz) são transversais a outros tipos de festividades, como círios ou festas do Espírito Santo; veja-se ainda, por exemplo, a coincidência de alguns momentos com o São João de Monforte da Beira (Perdigão, 1999, pp. 219-227).

8. Contexto de transmissão:

8.1. Estado:

Estado de transmissão ativa

8.2. Descrição:

A continuidade da festa é assegurada pela existência do Juiz que se compromete a organizar a mesma no ano seguinte. Tem sido prática comum, nas últimas décadas, a ligação deste com uma das várias associações locais de forma a dividir o peso económico-financeiro, administrativo e logístico da festividade.

8.3. Modo(s):

As formas de organização e os diversos passos considerados essenciais desta Festa e Romaria têm sido transmitidos por via oral, de geração em geração, quer através da população local como das associações que participam anualmente no cortejo e na preparação dos festejos. A estrutura da festa tem sido cristalizada ao longo das décadas, mantendo sempre a mesma essência, facilitando a sua continuidade por todos os agentes envolvidos.

8.4. Agente(s):

A população local deve ser considerada o maior agente de transmissão do culto de São Tomé, tendo em conta que participa repetidamente em todos os momentos de Festa e Romaria e que o Juiz advém, por tradição, deste meio. As diversas associações locais, como por exemplo a Phylarmonica Ançanense, o Ançã Futebol Clube e o Grupo Típico de Ançã, têm tido um papel fulcral na organização e manutenção da estrutura da festividade. A Junta de Freguesia da Vila de Ançã é também um agente importante visto que preserva as Bandeiras da Festa e que prepara anualmente a entrega e receção destas.

8.5: Idioma:

Português

9. Origem/historial:

O culto de São Tomé em Ançã tem uma origem remota que é difícil de precisar. Tendo em conta os extensos dados existentes nas *Informações e Memórias Paroquiais* recolhidas ao longo do século XVIII, podemos precisar que esta veneração não teria grande expressão religiosa nessa época. Assim, supomos que terá surgido apenas no século XIX, talvez fruto da localização da vila de Ançã, enquanto zona de confluência entre a Gândara, a Bairrada e o Baixo Mondego. Às portas de Coimbra, a Vila pode ter recebido influência das festas seculares de S. Tomé de Mira, ou de outros pequenos locais contíguos, como Barcouço. Todavia, repare-se que, até meados do séc. XIX, se realizava anualmente, no terceiro domingo de julho, a chamada Festa do Anjo, herança dos inícios do séc. XVI, quando D. Manuel I instituiu esta veneração ao Anjo Custódio de Portugal. A sua realização permaneceu até ao séc. XIX, vinculada nas Ordenações do Reino (quer Manuelinas quer Filipinas), sendo paulatinamente abandonada após a Revolução Liberal (Azevedo, 2000, pp. 624-625). A procissão decorrente desta festividade era equiparada à de Corpus Christi, um dos mais importantes momentos do calendário religioso português, sendo a sua organização da responsabilidade de cada Câmara Municipal. No caso de Ançã, as Posturas Municipais de 1847 referem ainda a existência da Festa do Anjo e a obrigação de cada chefe de família apresentar nesse dia doze cabeças de “aves damninhas, como pardaes, gaios, pegas, ou outros semelhantes”. A proximidade deste terceiro domingo ao 25 de julho, dia da veneração a São Tomé, não deve ser coincidência, tratando-se, possivelmente, da adaptação e transmutação de um culto que perdera significado para outro que se vê renovado sob alçada de outra imagem, mantendo um modelo anterior. A figura do Juiz poderá ser precisamente uma herança desta secular festa, onde os oficiais da justiça e camarários tinham um papel de destaque.

No entanto, a mais antiga referência concreta sobre a Festa e Romaria de Ançã data de 1872, a partir de uma pequena notícia do jornal “O Conimbricense” (3-VIII-1872). Esse recorte de imprensa dá-nos imediatamente a existência de seis elementos essenciais que, no geral ainda hoje perduram: fogo preso, sermão, missa cantada, arraial, *cavalladas* e a participação de uma banda filarmónica de Cantanhede. É simplesmente mencionada a “capella” de Ançã” que não deixa margem de dúvida tratar-se da Capela de São Bento. Tendo em conta que a notícia desta festividade é dada sem grande novidade, é porque já seria considerada usual e tradicional há provavelmente décadas. Só voltamos a encontrar uma menção indireta em 1880, através dum registo financeiro da Junta de Paróquia de Ançã que assinala, no dia 28 de julho, a entrada de dinheiro de esmolas no “dia de S. Thomé” (*Livro de Contas da Junta de Paróquia de Ançã, 1866-1880*,

fl. 35v). O mesmo tipo de registo financeiro continua a surgir nos anos seguintes. Todavia, é a partir do ano de 1889 que podemos seguir de perto a evolução desta festividade através da imprensa regional. Desse ano data uma notícia n' «O Jornal de Cantanhede» (4-VIII-1889) que nos permite encontrar outros elementos importantes sobre a “custumada festa a S. Thomé”, como então aparece referida. Data desta notícia a primeira menção à existência de um Juiz, responsável pela organização da festa, e ao uso de uma bandeira que seria acompanhada por um grupo de cavaleiros. Nesse ano foi já armada a estrutura de um pavilhão junto da casa do Juiz, isto é, um tabuado próprio para dançar. Por essa altura a devoção ao apóstolo São Tomé já justificava a impressão de pagelas próprias, como se releva por uma que ainda existe em colecção particular. Datada de 1893-1894 (assinalando, provavelmente por erro, 1895-1894), a pagela de papel imprensa em Coimbra, na *Casa Minerva*, apresenta uma representação estereotipada do santo, enquadrada por duas bordaduras estilizadas, e com a identificação da festividade religiosa: “S. Thomé App. que se venera na capella de São Bento, em Ançã”. Em 1895 já era então hábito a bandeira ficar na noite de 24 para 25 em “exposição pública desde a véspera” (*O Jornal de Cantanhede*, 3-VIII-1895). A mesma era acompanhada até à Capela de São Bento pela Sociedade Phylarmonica Ançanense (criada em 1879) e pelas *cavallhadas*, donde se seguia missa cantada. A notícia desse ano indica que o Juiz novo “tomou conta da bandeira”, o que poderá significar que o mesmo a guardaria até ao ano seguinte. Então, como agora, muitas vezes o pegar da bandeira servia para pagar alguma promessa feita ao Santo Apóstolo, por uma bênção obtida quer relativamente ao seu gado quer à sua própria vida pessoal.

Esta festa e romaria ganhou uma nova dimensão em 1899, quando se organizou pela primeira vez o Cortejo dos Lavradores que, na tarde do dia 25, percorreu as ruas da Vila até à capela (*O Jornal de Cantanhede*, 15-VII, 27-VII, 29-VII e 5-VIII-1899). Este evento, complementar às atividades que então decorriam, foi organizado pelo *Acordo dos Lavradores de Ançã*, uma associação mutualista, fundada nesse mesmo ano, e que previa a entreatada dos seus associados na manutenção do seu gado bovino. A romaria era já considerada ser de “todos os lavradores d’Ançã e de fora”, prevendo-se a participação de 80 a 100 “carros com seus toldos enfeitados a capricho”. O percurso deste cortejo foi inteiramente noticiado no referido jornal de Cantanhede que temos vindo a seguir, mostrando que os carros se juntariam no largo da Igreja Matriz, no Terreiro do Paço, para uma modesta *piqueta*, dando depois volta às ruas até seguir para a capela. Assim sucedeu nesse ano que, no dia 24 a Phylarmonica fez uma arruada pelas ruas, visitando todos os mordomos da festa – que seriam 43 homens; no dia 25 de manhã a bandeira seguiu então com o Juiz, *cavallhadas* e o mencionado cortejo. Não esqueçamos, claro, que o costumado arraial estava presente, bem como a missa cantada. Os festejos repercutiam-se ainda de noite, com vários polos de entretenimento espalhados pela Vila, através da montagem de diversos pavilhões, especialmente nos largos. Notemos que a iniciativa do cortejo terá sido de Francisco das Neves Rebelo Veloso (1834-1908), um proprietário abastado, professor primário aposentado à época e Juiz de paz da localidade que vivia precisamente no adro da Igreja Matriz – tal é-nos revelado através de uma brevíssima descrição da festa referente ao ano de 1900 (*O Jornal de Cantanhede*, 4-VIII-1900). É na descendência deste homem que se encontram atualmente as bandeiras da festa. As referências dos anos seguintes revelam que a participação no Cortejo dos Lavradores era tida como uma obrigação dos sócios do *Acordo* visto que se aproveitava o dia para passar a revista aos animais para aferir da sua qualidade e da sua manutenção, sob pena de pagamento de multa, e podia ser considerada, como o afirma um jornal de 1901, um “pequeno certamen [*sic*] de gado” (*O Jornal de Cantanhede*, 20-VII-1901). Efetivamente, cremos que terá sido esta uma das principais

razões para a realização deste cortejo. Tendo em conta que a Vila de Ançã não possuía nenhuma feira de gado naquele momento, esta Festa e Romaria servia como uma exibição por parte dos lavradores locais, sendo o melhor carro de bois recompensado como sinal da qualidade do seu proprietário e do seu próprio gado. Já em 1903 se atesta a presença de burros nas *cavalbadas*, visto que uma notícia desse ano (*O Jornal de Cantanhede*, 18-VII-1903) menciona que seria de bom-tom proibir a presença destes, visto que destoavam. No ano seguinte (*O Jornal de Cantanhede*, 30-VII-1904) registou-se a presença de 50 carros de bois, fora algumas juntas que não se incluíam diretamente no cortejo.

A festa foi assim ganhando importância regional, justificando a publicação de um pequeno jornal, de tiragem única, em 1906, denominada precisamente “S. Thomé d’Ançã. Número único ilustrado comemorativo da Romaria d’este Santo”, impresso nos prelos da tipografia existentes na Vila. Esta pequena publicação, de apenas quatro páginas, propagandeia somente o culto do Apóstolo e pouco descreve a festividade, mas é bem representativo do seu alcance à época. Osromeiros já então tinham direito a receber na capela a pagela com imagem de São Tomé que colocavam no chapéu como sinal de devoção (*O Jornal de Cantanhede*, 26-VII-1902).

Apesar da Festa de São Tiago de Cantanhede, realizada também a 25 de julho, atrair muitos visitantes das Gândaras à sede do concelho, Ançã ficou também a ganhar com a colocação do feriado municipal nesse dia a partir de 1916 – feriado que ainda hoje se mantém (*O Jornal de Cantanhede*, 29-VII-1916). A festa de Ançã era organizada pelo Juiz e respetivos mordomos, selecionados ou convidados por este. Contava-se também com um peditório de porta em porta para angariar fundos (*O Jornal de Cantanhede*, 3-VII-1909), tais eram as despesas da festa – contavam-se mais de cem dúzias de foguetes gastos em 1908 (*O Jornal de Cantanhede*, 1-VIII-1908). A profícua utilização de explosivos para celebrar a festa acabaria por danificar, em 1924, parte do alpendre da Capela de São Bento (*Ecos de Cantanhede*, 3-VIII-1924) que se manteve em mau estado pelo menos até 1926, quando a Junta da Paróquia resolveu recuperar o espaço (*Ata da sessão da Junta de Paróquia de Ançã* de 16-I-1926 e 16-III-1926).

É nas primeiras décadas do século XX que começa a surgir, cada vez mais frequentemente, a figura do anjo a acompanhar o Juiz – uma criança do sexo masculino que vestia um fato próprio, branco. Era então hábito ser este o filho do Juiz (*O Jornal de Cantanhede*, 29-VII-1911 e 2-VIII-1919) e com direito a bandeira própria (*O Ançanense*, 29-VII-1916 e 2-VIII-1919). Era (e ainda é) costume servir como pagamento de promessa por parte de um familiar, por exemplo por questões de saúde da criança ou de alguém próximo. A presença de “anjos” neste tipo de festividades era então comum, representando um modelo genérico de entidade angelical, não lhe sendo atribuído uma identificação própria, como sendo o arcanjo S. Miguel ou S. Gabriel (Sanchis, 1983, pp. 89 e 123). Várias notícias da época mencionam a utilização destas figuras em procissões, como a do Sagrado Coração de Jesus, realizada semanas antes da Romaria de São Tomé (veja-se, por exemplo, a notícia dada em *O Jornal de Cantanhede*, 14-VII-1909, onde se fala em “grande numero de louras creanças, vestidas de anjo espalhadas desde o princípio do préstito até ao pálido”). No entanto, não descuramos a possível influência da Festa do Anjo Custódio, já mencionada, que se realizava no terceiro domingo de julho, e que poderá ter despoletada o aparecimento desta personagem na Festa e Romaria de Ançã como reminiscência de uma prática em esquecimento. Do ponto de vista da religiosidade popular, a inclusão de um anjo nesta festa procurava dar maior solenidade cristã ao evento e à figura do Juiz, que se via acompanhado por um representante direto da corte celeste e que anunciava a sua chegada, visto que antecipava sempre o juiz na organização do cortejo.

A partir da década de 1910, a tarde do dia 26 passou a ser dedicada a diversas atividades desportivas. Nesse ano já se falava em corrida de sacos (*Notícias de Cantanbede*, 10-VII-1910) e dois anos depois somava-se uma corrida de bicicletas e de cântaros para as mulheres (*O Jornal de Cantanbede*, 20-VII-1912). Estas atividades mantiveram-se ao longo das décadas seguintes, contando-se ainda com tiros aos pombos, corridas de burros e de três pernas ou subidas ao pau de sebo (*Gazeta de Cantanbede*, 26-VII-1952 e *Diário de Coimbra*, 30-VII-1956), sendo-nos ainda hoje relatadas por pessoas que as viveram nas décadas de 1950-1960.

A Festa e Romaria ainda manteve uma certa vitalidade na década de 1920. Todavia, em 1919 já se sentia um certo abrandamento no entusiasmo dado ao Cortejo dos Lavradores. Nesse ano surgia apenas um carro de bois, sentindo-se a falta dos carros que apareciam nos anos anteriores “cobertos de verdura, de cobertas multicolores, de bandeirinhas de papel imitando cabanas, moinhos e outras coisas” (*A Gazeta de Cantanbede*, 2-VIII-1919). Tal poderá estar relacionado com a gradual dissolução do *Acordo dos Lavradores*, responsável pela organização do cortejo. No entanto, as *cavalhadas* mantinham-se, descritas nesse mesmo ano como um “cortejo cavalo-burrical”. O bodo aos pobres surge na documentação deste período (*Comarca de Cantanbede*, 23-VII-1932) e passa a ser um elemento repetido nos anos seguintes – o que não quer dizer que não fosse prática estabelecida anteriormente e adquirida por tradição.

As décadas de 1930 e 1940 são sinónimo da paulatina agonia e perda de importância da festa. Em 1934, o jornal *A Voz d'Ançã* (22-VII-1934) registava ainda um vasto programa de festas, que se estendiam entre o dia 24 a 29 de julho, sem qualquer menção ao Cortejo de Lavradores mas sobrevivendo praticamente todas as outras características que esta festividade já possuía: arruada da Phylarmonica Ançanense pela Vila no dia 24; sermão e missa cantada na manhã do dia 25; *cavalhadas* (com cavalos e burros); nova arruada da Phylarmonica no dia 26, visitando os novos mordomos da festa.

Esta vivacidade viria a esmorecer nos anos seguintes, fruto do clima religioso que então se vivia. Efetivamente, a Igreja Católica iniciou nos finais da década de 1920 (sobretudo desde o Concílio Plenário de 1926) uma verdadeira cruzada contra as festas religiosas com vertente popular, procurando “re Cristianizar as romarias” (Sanchis, 1983, pp. 203-204). No caso da diocese de Coimbra, o decreto episcopal de 20 de novembro de 1937 pretendeu regulamentar este tipo de manifestação, impondo um rígido controlo sobre a organização das festas e de toda a animação decorrente destas (*Boletim da Diocese de Coimbra*, 1, outubro 1937). A partir desse ano, o episcopado conimbricense começou a ampliar e a reforçar os decretos emanados. Em 1939 afirmava categoricamente que “é necessário acabar com todos os arraiais noturnos quer antes quer depois das Festas religiosas: não servem senão para ofender a Deus e prejudicar as almas. Ou festas religiosas sem arraiais noturnos ou arraiais noturnos sem festa religiosa. Isto impõe-se. Por isso, a partir do 1.º de janeiro de 1940, são completamente proibidos arraiais noturnos por ocasião ou a pretexto de festas religiosas” (decreto de 8 de novembro de 1939 – *Boletim da Diocese de Coimbra*, 3, dezembro 1939). As bandas filarmónicas passavam a necessitar de uma licença episcopal para poder atuar em festas religiosas, extendendo-se posteriormente esta obrigação para grupos de gaiteiros, tunas, ranchos, armadores e detentores de aparelhagens sonoras. Por sua vez, os bailes populares, animados por conjuntos de música dita “jazz” estavam estritamente proibidos; apenas eram autorizados com filarmónicas ou bandas licenciadas, com reportório aprovado previamente, e estando a animação a decorrer a pelo menos 200 metros de distância da igreja ou capela em festa. No caso aqui analisado, cremos que terá sido por esta altura que os ditos bailes noturnos

terão transitado do arraial da Capela de São Bento para o Terreiro do Paço, para respeitar essa mesma imposição.

Estas novas regras fizeram-se imediatamente sentir na realização da Festa e Romaria de São Tomé de Ançã. Um jornal regional noticiava que a festividade de 1940 tinha sido “fraca por causa das novas exigências” (*O Nauta*, 10-VIII-1940). No ano seguinte notava-se que a veneração ao Apóstolo tinha passado “quase despercebida parecendo que se vai perdendo o respeito à tradição” (*Gazeta de Cantanbede*, 26-VII-1941). A festa foi decaindo durante os anos seguintes, descendo-se o episódio do interdito dos locais de culto da Vila em 1948. Efetivamente, nesse ano a Phylarmonica Ançanense terá sido responsável por integrar “elementos do Jazz e interditos, a tocar nos atos religiosos”, e por ter incentivado “danças provocadoras” no Largo da Igreja Matriz a 29 de junho e 4 de julho – assim alegava o Pe. Abílio Lopes de Sousa, numa disputa tida com Calisto Poiães, presidente daquela associação musical, nas páginas da *Gazeta de Cantanbede* (28-VIII-1948). A revolta contra o Prior da Vila aquando daquelas cenas de baile popular levou a que este fosse retirado e substituído pelo pároco vizinho de São João do Campo, o Pe. Álvaro Gomes Cardoso, não sem antes ter conseguido interditar durante algumas semanas, por decreto do Bispo de Coimbra, a Filarmónica e todos os locais de culto da localidade, como ainda hoje nos relatam algumas pessoas que vivenciaram esses momentos.

A mudança de pároco deverá ter sido o principal motivo para o reflorescimento da festividade a partir de 1949. O Cortejo dos Lavradores foi restaurado, passando a ser realizado de tarde (acompanhando as *cavalhadas*) e visto como um “vistoso cortejo de carros alegóricos, alguns dos quais de grande beleza e sentido artístico” (*Diário de Coimbra*, 29-VII-1949), sendo posteriormente descrito como “cortejo regional de carro de bois” (*Diário de Coimbra*, 23-VIII-1951). Notemos que os simples carros de bois engalanados com canas verdes e colchas de chita, reminiscências dos primeiros cortejos organizados, ainda se viram nas décadas seguintes. No entanto, o cortejo tinha vindo a evoluir naturalmente e passou a apresentar carros temáticos que, na maior parte das vezes, representavam cenas do quotidiano, relacionado com trabalhos agrícolas, vivências locais ou monumentos e cenas ançanenses, prática essa que se mantém até aos dias de hoje. Estes costumavam ser preparados por grupos que se organizavam espontaneamente nos meses que antecediam a festa, mantendo o tema do carro em segredo para causar uma maior surpresa no dia da festa e abilitarem-se ao prémio que era concedido ao carro mais original e com melhor produção. Eram também compostas músicas específicas para serem cantadas nesse carro, mencionando a própria temática aí representada e enaltecendo a beleza da Vila e do cortejo. Por vezes chegava-se a pedir emprestadas as juntas de bois aos grandes proprietários locais – como o caso da Quinta da Rol, pertença da família Pinto Basto, ligada à fábrica de louça da Vista Alegre. Alguns destes carros tiveram, à época, um impacto tal que ainda hoje são recordados por muitas pessoas de avançada idade – é o caso de um que deverá ter sido organizado por volta de 1940 e que representava a pequena praça (ou mercado) da Vila, existente no Terreiro do Paço, com os seus telheiros e respetivas vendedoras.

A renovação da festa e romaria nos finais da década de 1940 também se deu graças à reformulação de um dos elementos centrais desta: as bandeiras de São Tomé e do Anjo. Como já dissemos anteriormente, o destino que as bandeiras tinham até esse ano era incerto. Em 1910, o Juiz da festa, António Casimiro, preparava a casa para que “a bandeira fique collocada no dia 24 à noite” (*Notícias de Cantanbede*, 10-VII-1910), sendo que esta colocação poderia significar que a mesma não se guardava, de um ano para o outro, em casa do Juiz. Todavia, em 1925 era dito que, no final do dia 25, o cortejo tinha seguido até casa do Juiz novo “onde foi depositada a bandeira”

(*Gazeta de Cantanbede*, 1-VIII-1925), sinal que talvez aí ficasse até ao ano seguinte. Apesar de todas as dúvidas, é certo que em meados da década de 1940 esta se encontrava em mau estado tendo sido então substituída por uma nova, aproveitando-se apenas a imagem central pintada de São Tomé, proveniente da bandeira original (ou que terá chegado a essa época) A nova bandeira foi preparada pela D. Maria Alzira das Neves Veloso (1899-1986), filha de Francisco António das Neves Veloso, responsável pelo primeiro Cortejo dos Lavradores). Desde então, é costume que cada Juiz ofereça uma fita, com indicação do seu nome e ano da festa e que é colocada junto das outras fitas, hasteadas com a bandeira. Paralelamente foi também reformulada, em 1949, a bandeira do Anjo, encomendada à D. Felícia da Conceição Baptista Lopes (1910-1996). As duas bandeiras passaram a estar guardadas (se, porventura, ainda não o estavam), certamente por motivos de preservação, em casa da referida D. Maria Alzira, passando a sua guarda ao filho, que foi responsável pela sua manutenção e disponibilização nos dias da festividade até ao seu falecimento, em Setembro de 2020.

Terá sido a partir da década de 1950 que a festa começa a surgir com a denominação de Festa de São Tomé e São Tiago (veja-se, por exemplo o *Diário de Coimbra*, 23-VII-1951). Como temos vindo a demonstrar, a devoção existente na Capela de São Bento sempre foi a São Tomé, não existindo qualquer referência a São Tiago na abundante imprensa dos finais do século XIX e primeira metade do XX. A confusão dá-se naturalmente pela sobreposição de datas, isto é, pelo facto de o dia 25 de julho ser, liturgicamente, o dia do Apóstolo São Tiago. Note-se que, até 1969, o dia 21 de dezembro era liturgicamente dedicado a São Tomé, tendo sido alterado para 3 de julho a partir desse ano para não interferir com as festividades dedicadas ao Advento. Assim, e apesar da eventual estranheza do dia, S. Tiago nunca obteve uma veneração muito relevante em Ançã, apesar de existir uma sua imagem na Capela de São Bento. Já David Diniz, autor de uma pequena biografia do Apóstolo das Índias no “S. Thomé d’Ançã”, de 1906, referia a confusão das datas e admitia desconhecer o motivo das suas sobreposições, desconhecimento esse que ainda se mantém hoje.

Data deste mesmo período uma das mais antigas referências à bênção solene do gado, realizada na manhã do dia 25, antes da missa (*Diário de Coimbra*, 23-VII-1951). Mais uma vez, esta primeira referência não significa que esta bênção não se realizasse antes, mas que terá sido pouco relevante para os jornais da época, por vezes ciosos de poupar caracteres ou de dar destaque apenas à parte verdadeiramente festiva. Este momento religioso, cujo modelo se encontrava presente no Ritual Romano desde o século XIX, sob o nome de *Benedictio Equorum Aliorumve Animalium*, conferia uma maior religiosidade a esta romaria, que através de São Tomé protegia o gado de todos os males num período em que o apoio veterinário era reduzido (Ribeiro, 1971). Pastores de todo o Baixo Mondego acorriam na manhã do dia 25 à Capela de São Bento, aguardando a bênção e dando as tradicionais três voltas à capela. Em 1956 falava-se em “muitas centenas” de animais então presentes (*Diário de Coimbra*, 30-VII-1956). Apesar de se assistir, na década de 1960, a uma fraca participação de proprietários ançanenses neste ritual, este nunca deixou de se realizar tendo em conta a forte afluência das populações dos arredores (entre outros exemplos: *Gazeta de Cantanbede*, 21-VII-1962 e 11-VIII-1964). Os depoimentos recolhidos junto da população confirmam o número avultado de animais, enfeitados com flores, que chegavam de madrugada à Vila, fazendo-se ouvir através dos respetivos chocalhos que ressoavam pelas ruas. Os rebanhos eram de dimensão tal que alguns pastores marcavam o seu gado com pez, para o conseguir identificar. Alguns de maior tamanho viriam das serras adjacentes a Coimbra, a caminho das grandes pastos da Gândara de Mira, desviando-se assim a Ançã para receber a bênção anual. O

raio de atração desta festividade era considerável, mobilizando todas as povoações ao redor de Ançã, historicamente ligadas por fazerem parte do seu antigo concelho (como Portunhos, Pena, Ferraria, Cavaleiros, Vil-de-Matos, S. Facundo, Cidreira, Geria e S. João do Campo), bem como aquelas dos Campos de Coimbra (ou do Mondego), como por exemplo S. Silvestre, Quimbres, Lamarosa e, do outro lado do rio, Ameal, Arzila e Pereira, entre outros. Registam-se ainda a chegada de vários carros de bois e de burros desses locais, sempre enfeitados com grande pompa. Note-se que pouca gente da zona da Gândara e da Bairrada se deslocava a Ançã visto que o S. Tomé de Mira, no mesmo dia, atraía as gentes dessas regiões. Para além destes grupos de forasteiros, os habitantes locais também acorriam à capela, quer com gado ou com um simples animal (como fosse uma cabra ou um burro), para receber a bênção. Eram pagas nesse dia as promessas feitas ao Apóstolo, com figuras de ceras que representassem o animal, pagando assim a dívida contraída pela intercessão divina num momento de aflição ou de simples crença na sua proteção durante o ano. A fama e a devoção a São Tomé era de tal ordem que, em 1936, ofereceu-se para organizar a festa do ano seguinte o Sr. Francisco do Vale Leitão, um “abastado proprietário” de Taveiro (concelho de Coimbra), tendo a bandeira de São Tomé ficado em casa de um amigo que vivia na Rua dos Jasmins (*Diário de Coimbra*, 1-VIII-1936).

Creemos que terá sido também por esta altura que o cortejo alegórico terá passado a sair junto da antiga sede do Ançã Futebol Clube (fundado em 1940), no início da Rua Outeiro do Paço, tal era o prestígio desta associação e o seu papel na organização dos festejos. Antes desta decisão, que ainda hoje vigora, o cortejo iniciava-se junto da casa do próprio Juiz da festa, conforme mostra imprensa e os depoimentos recolhidos.

A legislação episcopal para a realização de festas religiosas não abrandou nas décadas seguintes – veja-se, por exemplo, a reformulação do regulamento a 13 de maio de 1950, sob a autoridade de D. Ernesto Sena de Oliveira (*Lumen – Revista de Cultura do Clero*, vol. XIV, fasc. VII, julho 1950, pp. 481-493). No entanto, a Festa e Romaria de Ançã reergueu-se e manteve uma certa estabilidade nas décadas seguintes, cumprindo as exigências requeridas. Cortejos, *cavalhadas* e Juízes sucederam-se, naturalmente com anos mais vistosos do que outros. Em 1956, o correspondente da *Gazeta de Cantanbede* pintava um cenário negro, fruto de um certo exagero, afirmando que a festividade estava “[...] reduzido a um mísero e repugnante «cortejo» cavalicóco-burrical em que são mais os «burros» e os «asnos» que os cansados e trôpegos rocinantes quichotescos” (11-VIII-956). Veja-se que duas teses de licenciatura em História sobre a Vila de Ançã, realizadas nas Faculdades de Letras de Coimbra e Porto, em 1956-1957 e 1967, descrevem com algum pormenor os festejos, comprovando que estes ainda se realizavam com alguma pompa, reunindo todos os elementos que temos vindo a arrolar, descredibilizando em alguma medida os maus agouros dos correspondentes dos jornais desse período (Portela, 1956-1957, pp. 90-93 e Santos, 1967, pp. 100-102).

Todavia, a Festa e Romaria estava à mercê dos caprichos habituais deste tipo de manifestação cultural. Desentendimentos entre os mordomos levaram a que não houvesse Juiz em 1961, o que não impediu que a festa se realizasse, mas de forma mais modesta (*Gazeta de Cantanbede*, 30-VII-1960, 22-VII-1961). Notemos que, nessa época, o conceito de “mordomo” podia ser compreendido como aquele que ajudava o Juiz na organização direta dos festejos (como é entendido neste caso relatado em 1960-1961) ou aquele que contribuía no geral, dando uma pequena oferta de dinheiro no peditório feito previamente. Neste último caso, era costume neste período a visita do Juiz aos mordomos no dia 24, acompanhado pela Filarmónica, entregando o foguete a que este tinha direito, símbolo do compromisso que assumira para ajudar a pagar a

feira. Por sua vez, as *cavalbadas* deixaram de se realizar nesses anos, tendo regressado ao modelo antigo em 1968 (*Gazeta de Cantanbede*, 15-VIII-1964, 3-VIII-1968) e mantido esse espírito nos primeiros anos da década seguinte – o extenso programa dos festejos de 1970 contém todos os elementos herdados, o que comprova o interesse na manutenção da veneração ao Santo Apóstolo (*Diário de Coimbra*, 24-VII-1970).

Por volta de 1974-1975, o ritmo abrandou e o cortejo de carros alegóricos deixou de se organizar, apesar da manutenção de *cavalbadas*, do cerimonial da entrega da bandeira e respetiva missa. Tal como sucedera anteriormente, um conflito com o pároco local desencadeara este gradual desinteresse pela festa. O ambiente “quente” do P.R.E.C. era também responsável pelos conflitos latentes com a Igreja. Este novo problema só viria a ser ultrapassado com a chegada de um novo pároco, em 1976, o Pe. Manuel de Jesus.

Logo no ano seguinte, em 1977, eram esperados “milhares de forasteiros, uns para pagarem promessas ao Santo [...] e outros para se divertirem” (*Diário de Coimbra*, 22-VII-1977). A grande renovação data de 1978, com a restauração do cortejo alegórico. Notemos aqui o papel central que teve o novo pároco, responsável por dinamizar o associativismo local que se encontrava, em certa medida, estagnado. Assim, apoiou os mais diversos grupos culturais e criou até um grupo de etnografia e folclore denominado à época “Rancho Típico Ançanense” (posteriormente rebatizado como “Grupo Típico de Ançã”). Foi este novo agrupamento que apelou à população local para a restauração do cortejo de carros alegóricos, constituindo o “reatar de uma tradição que estava prestes a extinguir-se” (*Diário de Coimbra*, 19-VII-1978). Esse mesmo cortejo destacou-se não apenas pela dimensão considerável, agrupando mais de uma dezena de carros, mas também pelo seu carácter de transição, fazendo a ponte entre o modelo antigo e o que viria a vigorar, isto é, apresentou-se composto de “carros motorizados e não motorizados” (*Diário de Coimbra*, 27-VII-1978) – carros de bois enfeitados como era tradição e tratores ou carrinhas de caixa aberta decorados. Esta mesma fusão de elementos viria a extinguir-se nos anos seguintes, dando prevalência aos veículos motorizados, refletindo desta forma o carácter rural que a Vila foi perdendo nas décadas de 1980 e 1990. Os grandes festejos desses anos finais da década de 1970 foram organizados com grande dinamismo pela Comissão Fabriqueira da Paróquia, que era também Juiz da festa, interessada em angariar fundos para as profundas obras na Igreja Matriz, em avançado estado de degradação (*Diário de Coimbra*, 22-VII-1977 e 19-VII-1978).

Além dos registos fotográficos e das notícias de imprensa regional, dispomos de um documento audio-visual único para documentar a festividade de 1978 – a reportagem sobre esta festa num episódio (intitulado “S. Tomé e S. Tiago”) do programa “Memória dum Povo”, da RTP, realizado por Teresa Olga, preservado nos Arquivos da RTP e disponível online no site desta instituição. O documentário, com cerca de 40 minutos, apresenta-nos o dia 25 de julho e acompanha os principais passos da romaria. É uma fonte preciosa que nos mostra precisamente o momento de transição e de natural evolução desta manifestação cultural. O episódio é parcialmente narrado pela Sra. Maria de Nazaré dos Reis e Costa (1925-2013), elemento do Grupo Típico de Ançã e profunda conhecedora da cultura tradicional e popular local, que explica o normal decorrer da festa, sendo pontuado pelas gravações realizadas no dia 25. Identificamos aí a *piqueta* dada na manhã do dia 25, a ida das Bandeiras para a capela de São Bento (acompanhadas por guarda montada da G.N.R., prática que ainda se manteve até há poucos anos), as *cavalbadas* (então com dezenas de burros, comprovando assim a grande importância económica que este animal possuía na região, ainda neste época), a bênção do gado (realçamos o grande número de gado bovino presente), o cortejo alegórico e a entrega da bandeira ao novo Juiz (neste caso, novamente a

Comissão Fabriqueira da Paróquia, através do Pe. Manuel de Jesus que toma a bandeira) e a chegada desta à sua “casa” (a Igreja Matriz, onde ficaria exposta na janela da fachada do templo). A Festa e Romaria de São Tomé veio a estabilizar definitivamente depois deste novo reimpulso. Manteve nas décadas seguintes todos os elementos que temos vindo a enumerar, adaptando apenas alguns pormenores logísticos. Houve anos, por exemplo, em que chegaram a aparecer dois ou três anjos, tal era a devoção dos populares e as promessas feitas – prática que se revê em fotografias da década de 1950, tendo-se então procedido à feitura de outra bandeira do anjo, a título privado e que assim se mantêm. Prova também desse novo fôlego e dessa evolução foi dado em 1989, com a primeira mulher Juiz da festa, Julieta Relva Caetano, então com 16 anos (*Diário de Coimbra*, 27-VII-1989). Tal justificava-se por tradição familiar visto que o seu pai fora Juiz anteriormente; esta curiosa ligação viria a repetir-se em 2017, quando a filha da primeira Juiz, Mathilde Caetano Loureiro, veio a ser ela própria Juiz da festa.

Desde a “restauração” de 1978 e até ao momento, esta festividade nunca deixou de se realizar, com maior ou menor dimensão, conforme a comissão organizadora, o Juiz ou até o clima económico. Veja-se que, por exemplo, que a própria Junta de Freguesia assegurou a organização da festa de 2007, tendo em conta que nenhum popular pegara na bandeira no ano anterior. Neste sentido, situação em parte semelhante voltou a acontecer em 2018, quando no final do cortejo, e após prolongadas voltas à capela pelas *cavalhadas*, um grupo de jovens tomou a bandeira, assegurando a realização dos festejos em 2019.

Durante o processo de elaboração deste pedido de inventariação, o fiel-depositário das Bandeiras da Festa e Romaria, o Sr. Alexandre Veloso Cortesão, deixou expressa vontade em que as mesmas fossem entregues à Junta de Freguesia da Vila de Ançã após o seu falecimento, entendendo que esta instituição de poder local era a instituição mais representativa da população, passando esta a ser fiel-depositária deste elemento central das festividades, assegurando a salvaguarda do ritual.

Tendo falecido em Setembro de 2020, as Bandeiras foram então entregues à Junta de Freguesia pelos familiares do Sr. Veloso Cortesão, estando preservadas nas instalações da Junta. Por causa da situação pandémica de COVID-19, os festejos estiveram suspensos em 2020 e 2021, voltando a realizar-se a partir de 2022. A partir daí, a Junta de Freguesia passou a assegurar a entrega das Bandeiras da Festa, no dia 24 de Julho, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó, ao Prior da Vila, que por sua vez a entrega no mesmo momento ao Juiz da Festa. Da mesma maneira, as Bandeiras são entregues pelo Juiz ao Prior, no dia 26 de Julho, e o mesmo as devolve ao Presidente da Junta.

O historial da Festa e Romaria de São Tomé aqui apresentado demonstrou que esta manifestação cultural é hoje parte integrante da comunidade da Vila de Ançã e da região circundante desta localidade histórica. Esta festividade foi transmitida de geração em geração, recriando-se ao longo dos anos – à missa e às *cavalhadas* foi acrescentado o Cortejo de Lavradores que evoluiu para Cortejo Alegórico, ganhando especial significado através do uso de juntas de bois, benzidas pela manhã na bênção do gado. Mudaram os tempos mas não a forma e o feitio da festa que se mantiveram inalterados, cristalizando assim o sentimento e a importância desta na identidade coletiva local.

II. DOCUMENTAÇÃO

10. Bibliografia:

- AZEVEDO, Carlos Moreira, 2000, *História Religiosa de Portugal*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, vol. 3.
- BARROS, Jorge e COSTA, Soledade Martinho, 2003, *Festas e Tradições Portuguesas. Julho e Agosto*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores.
- BORGES, Nelson Correia, 1987, *Coimbra e Região*, Lisboa, Editorial Presença.
- CAPELA, José Viriato (ed.), *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Minhografe-Artes Gráficas.
- CARDOSO, Pe. Luís, 1747, *Diccionario Geografico...*, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, tomo I.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, 1959, “Vestígios do culto de Diana em Portugal”, *Revista de Guimarães*, LXIX, pp. 5-18.
- CORREIA, Virgílio e GONÇALVES, A. Nogueira, 1952, *Inventário artístico de Portugal: distrito de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes.
- CORTESÃO, Alexandre, 1998, *Ançã – Memória de um Povo*, Ançã, Centro de Estudos Educativos de Ançã.
- DIAS, Pedro e PEREIRA, J.V. da Silva, 1983, *Cantanbede. A terra e as suas gentes*, Cantanhede, Câmara Municipal.
- LAMBERTINI, Prospero, 1737, *Raccolta di alcune notificazioni, editti ed istrizioni*, Bologna, Longhi Stampatore Arcivescovile, vol. 3.
- MADALENO, Manuel Cidalino, 2016, *Construir a Memória da Região de Cantanhede. Vol. V – Festas e Tradições (1880-1970)*, Mira, Areias Vivas.
- PERDIGÃO, Teresa, *Portugal – Festas e Romarias*, 1999, Alfragide, Clube Internacional do Livro.
- PORTELA, Maria Irene Gomes, da Silva Leitão, 1956-1957, *Subsídios para a História de Ançã, vila e antigo concelho*, Coimbra, dissertação de licenciatura apresentada à FLUC.
- RIBEIRO, Margarida, 1971, “Bênçãos de gado”, *Revista de Etnografia*, vol. XV, t. 2, pp. 333-341.
- SÁ, Fr. Manoel de, 1724, *Memorias Historicas dos illustrissimos arcebispos, bispos e escritores portugueses da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*, Lisboa, Na Officina Ferreyriana.
- SANCHIS, Pierre, 1983, *Arraial: festa de um povo – as romarias portuguesas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- SANTO, Moisés do Espírito, 1988, *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- SANTO, Moisés do Espírito, 1990, *A religião popular portuguesa*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- SANTOS, Maria de Lourdes Baptista Lopes, 1967, *Ançã. Subsídios para a sua história*, Porto, dissertação de licenciatura apresentada à FLUP.
- SILVA, João Belmiro Pinto da, 2004, *Cantanbede – honrando o passado, rumo ao futuro...*, Paços de Ferreira, Héstia Editores.
- VASCONCELOS, João, 1996, *Romarias: um inventário dos Santuários de Portugal*, Lisboa, Olhapim, vol. I.

11. Fontes escritas:

Fontes Periódicas:

“O Conimbrincense”, 3-VIII-1872;

Arquivo Histórico da Junta de Freguesia de Ançã – *Livro de Contas da Junta de Paróquia de Ançã*, 1866-1880; *Livro de Atas da Junta de Paróquia de Ançã*, 1926;
“O Jornal de Cantanhede”, 1889-1917;
“S. Thomé d’Ançã. Número único ilustrado comemorativo da Romaria d’este Santo”, 1906;
“Notícias de Cantanhede”, 1910-1917
“Comarca de Cantanhede”, 1932-1936
“A Voz d’Ançã”, 1934;
“Gazeta de Cantanhede”, 1917-1969;
“O Ançanense”, 1914-1916;
“Diário de Coimbra”, 1949-2018
“Boletim da Diocese de Coimbra”, 1937-1955
“Lumen – Revista de Cultura do Clero”, 1950
“O Nauta”, 1936-1955

12. Fontes orais:

Foram conduzidas cerca de 40 entrevistas com participantes ativos da festa, quer de Ançã, quer dos arredores, procurando documentar a história e evolução desta manifestação cultural. Foram selecionadas dezassete para figurar no presente processo de salvaguarda, cf. Anexo II/2 – Documentação sonora

13. Fotografia:

Ver anexo II/1 – Documentação fotográfica

14. Filme:

- Episódio “S. Tomé e S. Tiago” da série “Memória dum Povo”, realizado por Teresa Olga, para a RTP, 1978, disponível online nos Arquivos da RTP, em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/s-tome-e-s-tiago>;
- Gravação realizada a 25 de Julho 2017, apresentando o cortejo das Bandeiras, na manhã do dia 25, e a passagem do Cortejo Alegórico na Vila, na tarde desse mesmo dia.

15. Som:

-

16. Outra documentação:

- Cartografia de pormenor identificando os principais elementos arquitetónicos e espaços relacionados com a realização da Festa e Romaria de São Tomé de Ançã;
- Esquemas de organização dos diversos cortejos.

III. DIREITOS ASSOCIADOS

17. Tipo:

Os direitos associados à Festa e Romaria de São Tomé de Ançã são de tipo consuetudinário no que respeita à parte profana e de direito canónico no que diz respeito à realização da parte religiosa.

18. Detentor:

É detentora do direito consuetudinário relativo à realização do festejo a comunidade da Vila de Ançã. A Igreja Católica Apostólica Romana, representada pelo pároco local, é responsável pela aplicação do respetivo direito canónico.

As duas bandeiras da festa (de São Tomé e do Anjo) estão sob a guarda da Junta de Freguesia de Ançã, enquanto fiéis-depositários da comunidade local.

IV. PATRIMÓNIO ASSOCIADO

19. Património Cultural:

19.1. Móvel:

A Festa e Romaria de São Tomé tem associado três objetos centrais para a sua realização.

Imagem de São Tomé de Ançã

A escultura de São Tomé, feita em pedra de Ançã, encontra-se durante todo o ano na Capela de São Bento, numa peanha construída há poucas décadas na parede lateral direita da capela-mor. É uma figura dificilmente datável. Pelo seu estilo, poderá ser atribuída ao séc. XVII, no entanto, não há qualquer referência a ela nas corografias e informações paroquiais do séc. XVIII. O Apóstolo está representado com uma toga azulada e possui uma capa avermelhada e um cinto dourado, segurando uma lança e palma do martírio (ambos objetos de madeira) – estes três objetos (cinto, lança e palma) são atributos clássicos deste santo. É de notar o chapéu de abas largas, de feltro, com a aba lateral direita levantada a 90º e decorada com uma pena, típico do trajar antigo tradicional (SANTO, 1988, p. 169). A escultura foi repintada com tinta reversível durante um restauro recente da Capela. A equipa de restauradores profissionais responsáveis por este processo apercebeu-se nessa altura que a imagem do apóstolo apenas possui meio bigode na face, não tendo sido esculpido a outra metade, por motivo inexplicável.

Bandeiras da Festa

Como já foi explicitado no ponto I-9 – *Historial/Origem* do atual processo de salvaguarda, as Bandeiras de São Tomé e do Anjo são peça fulcral no cerimonial da festividade. As bandeiras originais foram substituídas na década de 1940 por umas novas. A primeira foi refeita pela D. Maria Alzira das Neves Veloso (1899-1986), nos meados dessa década, sendo constituída por um tecido adamscado avermelhado, debruada a fita dourada. Foi assim aproveitada a imagem

central, pintada, da bandeira original (ou que terá chegado a essa época) que representa o Apóstolo São Tomé, numa figuração próxima da escultura venerada na Capela de São Bento, no meio de um vale que poderá por si representar a Vila de Ançã, com o casario de um lado e o outro lado da encosta onde se encontra a Capela. Repare-se que a forma da bandeira não é por si retangular, típica das bandeiras, mas próxima de um guião processional, com pontas farpadas e respetivas borlas para serem levadas por dois acompanhantes. Neste sentido, o medalhão central foi acrescentado horizontalmente para a mesma ser usada como bandeira. Tal poderá indicar que a bandeira primitiva tinha uma disposição diferente da atual ou que esta terá sido inspirada nos guiões processionais, justificando assim que a mesma acumule hoje um peso considerável na vertical, pouco próprio ao seu uso enquanto bandeira hasteada. Esta é colocada numa haste de madeira castanha, transportada pelo Juiz durante os diversos passos da festividade, tendo ainda um avultado número de fitas coloridas caídas a partir de um ramo, colocado no cimo da haste. O Sr. Alexandre Alberto Veloso Cortesão (1935-2020) filho da D. Maria Alzira das Neves Veloso, ainda hoje recorda que a mãe terá pedido a várias senhoras para oferecerem fitas coloridas para a bandeira, tendo sido ele responsável por datilografar nas mesmas a proveniência de cada uma, subsistindo atualmente ainda dezasseis fitas dessas que acompanham a bandeira. Assim, a bandeira acumula hoje em dia dezenas de fitas deste tipo, fruto das ofertas dos muitos juizes que já organizaram a Festa e Romaria.

A Bandeira do Anjo foi pintada pela D. Felícia da Conceição Baptista Lopes (1910-1996), afamada costureira à época e já responsável por outras bandeiras, como a da Phylarmonica Ançanense, em 1942. Trata-se de uma bandeira feita em tecido branco, pintada com dois ramos verdes cruzados, encimados por um anjo, e somente identificada com “Ançã – 1949”. À imagem e semelhança da outra bandeira, é colocada por sua vez numa haste de madeira branca, e com o mesmo tipo de decoração – um pequeno ramo no topo da haste donde pendem fitas coloridas.

Ambas as bandeiras estiveram na guarda da Família Veloso Cortesão, enquanto fiéis-depositários destes elementos, até ao falecimento do último elemento da família, em Setembro de 2020. Desde então as mesmas foram entregues à Junta de Freguesia da Vila de Ançã, por vontade do último elemento da Família Veloso Cortesão, tendo a Junta aceite o compromisso de as preservar, entregar e recolher nos dias 24 a 26 de julho.

19.2. Imóvel:

A Capela de São Bento situa-se no cimo da margem direita da vala de Ançã. Esta capela é o espaço central da realização da Festa e Romaria de São Tomé. É aí que a bandeira do Juiz fica guardada, junto do altar, durante o dia 25 de julho, e é nas suas imediações que é montado o arraial e pequena feira. É também nesse local que desemboca o cortejo alegórico e donde parte o Juiz novo para a sua casa, onde as bandeiras são expostas até ao dia seguinte. O edifício tem uma área de c. 250m², e o arraial que se constitui no dia da Romaria ocupa uma área de aproximadamente 2500m².

A Capela de São Bento data dos primeiros anos do século XVII. A inscrição que encima a sua entrada esclarece logo a sua origem: "Esta Santa Casa se fez de esmolas no ano de 1599 no qual avendo peste geral em todo este reino he durando nele por muito tempo nesta Vila por intercessão do glorioso S. Bento não durou mais que vinte dias". Este episódio enquadra-se no conhecido episódio de peste que afetou gravemente o reino português na viragem do século XVI-XVII. Conforme atestam os registos paroquiais daqueles anos, Ançã perdeu mais de 50 pessoas em

1599, e quase 30 só no mês de julho – provavelmente os tais 20 dias referidos na inscrição da capela. Como nos indica a inscrição existente, a pequena ermida foi erguida por devoção popular. No entanto, sabemos que também terá contribuído na sua ereção a ação de Frei Manuel Tavares, famoso frade carmelita que ensinava no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e que se encontrava em Ançã para fugir da peste na cidade (SÁ, 1724, p. 410).

A partir de então, ter-se-á desenvolvido o culto regular a São Bento. Data de 1671 a autorização régia para a realização de «uma feira de todo o genero de mercadorias», depois da Câmara de Ançã ter requerido tal. Os Ançanenses reclamavam autorização para a feira porque já então «na dita Villa há uma Ermida do Patriarcha S. Bento onde concorre muita gente na segunda oitava da Pasooa, dia em que se faz a festa ao mesmo Santo» (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso VI – Doações, ofícios e mercês*, Livro XXXVI, fl. 94v). Neste seguimento, o Pe. Luís Cardoso afirmava, já em 1747, que a capela era «cabeça de Irmandade, e a sua festa principal se faz na segunda oitava da Páscoa, dia em que neste sítio há uma pequena feira de S. Bento, à qual concorre muita gente, juntamente atraídos da devoção e dos milagres do Santo Patriarca, cujos sinais manifestos e pregoeiros mudos são as muitas ofertas que se vêm penduradas das paredes da Ermida» (CARDOSO, 1747, p. 464). Poucos anos depois, as informações paroquiais de 1758 confirmam-nos que esta era uma “cappella de romagem (CAPELA, 2011, p. 480). Os livros de contas da Junta de Paróquia de Ançã, relativos ao século XIX, mostram-nos que eram comprados anualmente centenas de pagelas figurando a imagem de São Bento para serem oferecidas aos romeiros que aqui acorriam.

Ainda hoje se festeja o dia deste Santo e do aniversário dos Irmãos de S. Bento (pequena Irmandade aí existente), ambas as datas em época pascal – na terça-feira a seguir à Páscoa e na segunda-feira seguinte, atraindo dezenas de romeiros que prestam culto, pagando promessas com figuras de cera vendidas localmente e aproveitando o pequeno arraial que nesses dias se constitui nas imediações da capela. Note-se que os devotos irmãos recebem, simbolicamente, no dia do aniversário da Irmandade, uma *reliquia* constituída por um pedaço de pão e queijo, benzida pelo pároco, resquício de uma antiga tradição ligada aos antigos padres pregadores que aqui vinham e dividiam o seu pão com as crianças que acorriam ao local de veneração.

Artisticamente, a capela é, no seu interior, completamente abobadada, com uma cobertura de pedra em caixotões lisos no corpo, capela-mor e sacristia (CORREIA, 1952, pp. 30-31 e DIAS, 1983, pp. 62). Possui um único retábulo maneirista em pedra calcária local (a famosamente conhecida Pedra de Ançã), de tradição da escola coimbrã, com dois corpos e bancada – vê-se no cimo S. Bento sob um pátio; por baixo deste e ao centro a imagem votiva de S. Bento do mesmo período, ladeado por esculturas de maiores dimensões de S. Tiago e Santa Escolástica e duas mais pequenas de S. Gregório e S. Bernardo; no friso inferior, base do retábulo, encontram-se as imagens embutidas de S. Apolónia, S. Amaro, S. Roque e S. Águeda (BORGES, 1987, p. 142 e SILVA, 2004, pp. 61-62). Até há poucas décadas atrás a imagem de S. Tomé, em pedra, datada talvez do séc. XIX, encontrava-se ao centro do altar adjacente ao retábulo-mor, tendo sido colocado posteriormente numa peanha, na parede lateral direita da capela-mor, onde ainda hoje se encontra e é alvo de veneração. A sacristia lateral possui um retábulo datado de 1620, com um calvário.

Apesar da configuração atual do monumento, sabemos hoje que este possuiu até 1875 mais dois altares laterais, visto que Junta de Paróquia resolveu nesse ano removê-los, alegando que “não dissem bem na capela” (*Ata da sessão da Junta de Paróquia de Ançã* de 16-I-1875). Podemos apenas

supor que se trata dos altares de S. Francisco e S. Inácio, conforme a descrição de meados do séc. XVIII, dada pelo Pe. Luis Cardoso.

O alpendre coberto da Capela, de pé direito inferior ao do próprio templo, apresenta-nos interessantes detalhes que atestam o forte culto existente. As colunas que sustentam o alpendre possuem dezenas de inscrições seculares, como simples desenhos de cruces de devoção ou apenas indicações de anos e dos respetivos autores. A mais antiga data de 1683 e terá sido realizada por Saraiva de Vasconcelos. Logo por cima dessa encontra-se outra de 1706, atribuída a João Rodrigues, e poucos anos depois foi inscrita outra, já num canto da própria capela, dizendo “Louvado seja o Santissimo Sacramento 1717”. Detetamos outras do século XIX e XX, espalhadas pelo espaço, e identificamos uma das mais recentes como “David 20-3-[19]85”.

Sendo este o principal local de culto da Vila, para além da própria Igreja Matriz, a população mostra ter uma devoção e um gosto particular por São Bento, apelidando-o de São Bentinho, demonstrando assim a familiaridade e a ternura que é tida para com o santo, tal como é comum nalguns santuários beneditinos no Norte do país (Sanchis, 1983, p. 41; Santo, 1990, p. 122). Criou-se até uma lenda sobre o surgimento da imagem do santo, no local onde foi posteriormente erguida a capela (Cortesão, 1998, p. 136), numa clara alusão a tantas outras lendas espalhadas pelo país com os mesmos contornos (Santo, 1990, pp. 92, 118-119). A devoção e a veneração que envolve a Capela de São Bento ainda é forte nos dias atuais, demonstrando a vitalidade da religiosidade popular à volta desta figura e da de São Tomé, materializada nas suas respetivas festas.

19.3. Imaterial:

A bênção solene do gado, realizada na manhã do dia 25 de julho, pode ser considerada Património Imaterial associado a esta festa e romaria. Como foi explicado no ponto *I-9 – Historial/Origem*, a manifestação cultural que constitui o presente objeto do pedido de inscrição no INPCI tem um carácter marcadamente rural, associado à proteção do gado. Esta bênção é um ritual religioso coletivo, protagonizada pelo pároco local, e que respondeu ao longo dos anos à procura de uma ligação com o Divino na defesa desse elemento indispensável ao sustento económico diário. Este tipo de ritual subsiste em diversos pontos do país (RIBEIRO, 1971), sendo visto por alguns como um caso de “cristianização de cultos pagãos” já antigos, em particular àqueles da deusa romana Diana, divindade ligada às florestas, caça e proteção dos animais (CASTELO-BRANCO, 1959). A padronização deste tipo de ritual na Igreja Católica deu-se a partir do séc. XVIII, através da ação do Arcebispo de Bolonha, Prospero Lambertini, que viria a ser eleito Papa em 1740, adotando o nome de Bento XIV. Lambertini publicou, em 1737, uma instrução que dera aos seus párocos, dois anos antes, para homogeneizar as diversas bênções que se realizavam no seu território (LAMBERTINI, 1737, not. VI-I). Ordenou aí que se adotasse o modelo utilizado em Roma, nos festejos de S. Antão, a 17 de janeiro (que ainda hoje se mantém, reunindo centenas de devotos com os seus animais) denominando-o “Benedictio Equorum et Animalium”. Esta obra acabou por ser traduzida para latim em 1747 e até para espanhol poucos anos depois, ganhando uma certa popularidade. A fórmula que aí ficou consignada acabaria por ser transposta *ipsis verbis*, em 1872, para o conjunto de bênções publicadas no anexo ao Ritual Romano oficial. A obra viria a ser revista em 1925, passando a figurar com o título de “Benedictio Equorum Aliorumve Animalium”, mas mantendo a mesma invocação a S. Antão. Esta sofreu uma natural adaptação e atualização após o Concílio Vaticano II, sendo então traduzida para vernáculo e mantendo a simples evocação ao Deus Criador. É este

ritual que foi sendo transmitido, de forma intergeracional, e que foi procurado pelos romeiros do Baixo Mondego. A bênção do gado configura um dos momentos mais importantes da festa enquanto resquício de um passado intimamente ligado à vida agrícola e momento de fé e devoção religiosa.

20. Património Natural:

Não existe relação directa com Património Natural.